

Eleições 2020

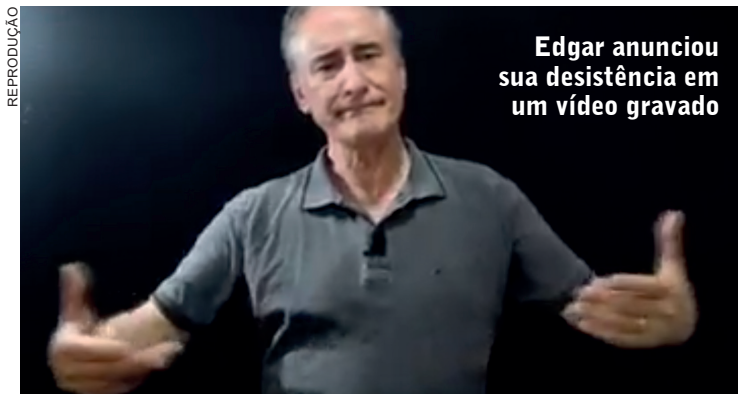
Desistência de Edgar pode mudar cenário eleitoral de Cascavel

Cascavel - Em um pronunciamento de exatos 49 segundos divulgado pelas redes sociais na noite de ontem, o ex-prefeito Edgar Bueno (Pros) anunciou que não vai mais disputar as eleições de Cascavel. Ele tentaria seu quarto mandato.

A notícia correu a imprensa já no início da tarde, quando o próprio Edgar admitiu que a intervenção no PSL local inviabilizou sua candidatura. Sem o apoio da sigla, ele fica sem tempo de TV/rádio para a campanha, que, em tempos de pandemia, é mais do que relevante.

Edgar reclama do que chama de manobra que teria sido orquestrada pelo prefeito Leonaldo Paranhos (PSC) e o presidente estadual do PSL, deputado estadual Fernando Francischini. Na semana passada, Francischini dissolveu a provisória do partido em Cascavel, que era comandado por Paulo Porsch, um dos principais articuladores da campanha de Edgar Bueno.

“Tomaram o partido nosso. O prefeito [Paranhos] foi para Curitiba, sentaram [sic] lá com o Francischini,



Edgar anunciou sua desistência em um vídeo gravado

não sei a que custo. Mas só sei o prejuízo que nos deu. Tiraram o PSL das nossas mãos, o principal partido da nossa coligação. Por isso estou anunciando aqui a nossa desistência”.

A decisão de Edgar, sete dias antes do prazo final das convenções partidárias, pode ter mudado completamente o cenário eleitoral em Cascavel.

Edgar tem um eleitor cativo que, embora não fosse suficiente para lhe dar a eleição, incomodaria os adversários. Isso sem contar sua presença nos debates. A saída de um preferível também engrossa a briga entre os que sobraram, pois dificilmente o voto do seu eleitor migrará para o atual prefeito. Assim,

se Edgar decidir apoiar publicamente algum nome, pode ajudar a levar a disputa para o segundo turno. Só que esse é outro problema. Quem apoiar? Márcio Pacheco lhe tirou o comando do PDT. Paulo Porto, do PT, fez oposição ao seu governo no último mandato. Sobra Evandro Roman (Patriotas), que pode herdar o PSL caso o deputado Coronel Lee reassuma a sigla.

Por falar em apoio, no início da semana Pacheco se reuniu com o governador Ratinho Junior para garantir que vai disputar a prefeitura e pediu tratamento isonômico do governo às candidaturas, prevendo uma possível vantagem ao atual prefeito. Ouviu que ninguém receberá privilégios.

Lewandowski determina aplicação de cota racial no fundo eleitoral neste ano

Brasília - O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que os partidos destinem imediatamente recursos do fundo eleitoral de maneira proporcional à quantidade de candidatos negros e brancos. No mês passado, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) fixou essa regra, mas decidiu que ela só seria aplicada a partir das eleições de 2022. Lewandowski antecipou para o pleito municipal deste ano.

Segundo a regra, se a legenda apresentar 20% de candidatos negros, por exemplo, deve destinar o mesmo percentual do fundo a esse grupo. A proporcionalidade também deverá ser adotada na divisão do tempo da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

“Para mim, não há nenhuma dúvida de que políticas públicas tendentes a incentivar a apresentação de candidaturas de pessoas negras aos cargos eletivos, nas disputas eleitorais que se travam em nosso País, prestam homenagem aos valores constitucionais da cidadania e da dignidade humana, bem como à exortação, abrigada no preâmbulo do texto magno, de construirmos, todos, uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, livre de quaisquer formas de discriminação”,

escreveu o ministro.

Em agosto, os ministros do TSE decidiram adiar a aplicação do entendimento porque a Constituição Federal impede mudanças na regra eleitoral a menos de um ano das eleições. Na decisão dessa quinta, Lewandowski ponderou que o TSE não mudou regra, apenas fixou um entendimento à luz da determinação constitucional de respeito aos direitos fundamentais.

“A obrigação dos partidos políticos de tratar igualmente, ou melhor, equitativamente os candidatos decorre da incontornável obrigação que têm de resguardar o regime democrático e os direitos fundamentais e do inarredável dever de dar concreção aos objetivos fundamentais da República, dentre os quais se destaca o de ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade’”, escreveu o ministro, citando o texto da Constituição.

Lewandowski frisou que, como os prazos eleitorais deste ano foram adiados, por conta da pandemia, não haveria prejuízo algum aos partidos em aplicar a regra nas próximas eleições municipais. “Segundo o calendário eleitoral, ainda se está no período das convenções partidárias, qual seja, de 31/8 a 16/9, em que as legendas escolhem os candidatos, cujo registro deve ser feito até o dia 26/9. Tal cronograma evidencia que a implementação dos incentivos propostos pelo TSE, desde já, não causará nenhum prejuízo às agremiações políticas, sobretudo porque a propaganda eleitoral ainda não começou, iniciando-se apenas em 27/9”, anotou.

Na votação do TSE, três dos sete ministros votaram pela aplicação da regra já neste ano: Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes. Eles também integram o STF. A decisão de Lewandowski foi tomada a pedido do Psol.

Informe da redação

editoria e colaboradores

Devagar...

Somente cinco das 16 obras previstas nos acordos de leniência firmados pela Rodonorte e pela Ecocataratas com o MPF foram iniciadas. Os acordos de leniência foram firmados depois que as concessionárias admitiram envolvimento em um esquema de corrupção investigado pela operação Lava Jato. Os atuais contratos terminam em novembro de 2021. Na abrangência da Ecocataratas está a readequação do Trevo Cataratas, em Cascavel, cuja ordem de serviço foi assinada há um mês. Vale lembrar que os contratos de concessão terminam em 14 meses.

Turismo

A retomada do turismo em Foz do Iguaçu deve se fortalecer a partir de dezembro: “Foz já tem um excelente caminho aberto no mercado nacional e agora tem passado segurança nos ambientes, por isso, esse momento é de oportunidade, principalmente, a partir de dezembro”, disse o vice-presidente do Codefz, Felipe Gonzalez.

Imposto de renda

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que a equipe econômica estuda destinar uma parte dos dividendos que o governo recebe de suas principais estatais para financiar o projeto que chama de “imposto de renda negativo”. Ação seria destinada aos trabalhadores informais em condição de vulnerabilidade.

Gratificações

Um dia depois de o Jornal O Paraná divulgar reportagem sobre início de auditoria do TCE sobre pagamento de horas extras e vantagens pagos nas prefeituras durante a pandemia, uma denúncia chega ao tribunal. Quatro vereadores de Cascavel ingressaram com representação questionando a concessão de gratificações a servidores efetivos da prefeitura local, que teriam sido realizadas de forma irregular. Eles listam 12 portarias. A administração municipal disse que aguarda a notificação para se manifestar.

Recuo pressionado

Sabe aquele ditado: se não pelo amor, pela

dor? Pois em Corbélia, os vereadores recuaram na aprovação do projeto que reajustava o salário do prefeito em 45% para a próxima legislatura. A primeira votação aconteceu na última sexta, e o projeto fora aprovado por 9 votos a 1. Ontem, após repercussão negativa, eles recuaram e aprovaram uma emenda que congela o subsídio. A decisão foi unânime. Assim, o prefeito eleito dia 15 de novembro continuará com os módicos R\$ 12.396,96 mensais, em vez dos sonhados R\$ 18 mil.

Lei Aldir Blanc

O governo do Paraná recebeu ontem, do governo federal, R\$ 71.915.814,94 referentes ao primeiro lote da Lei Aldir Blanc, que serão distribuídos por meio do auxílio emergencial e de editais de fomento. Mas atenção: termina dia 14 de setembro o prazo para o credenciamento dos trabalhadores de toda a cadeia produtiva da cultura que preenchem os requisitos para receber o auxílio emergencial. Serão três parcelas de R\$ 600 de auxílio, pagas de uma vez.

Convenção

O presidente do Partido Patriota de Cascavel, Bruno Domingues Lima da Silva, convoca convenção do partido para 16 de setembro, às 19h, na Rua Dimas Pires Bastos, 128, esquina com a Rua Rafael Picoli. Mesmo dia e horário das convenções de PDT de Márcio Pacheco, PSC de Leonaldo Paranhos e Pros de Edgar Bueno.

PP em Cascavel

O deputado federal Ricardo Barros (PP) esteve em Cascavel ontem para tratar sobre política. O líder do Governo Bolsonaro no Congresso participou de diversas reuniões na Capital do Oeste cujo assunto principal foi o pleito de 15 de novembro. O PP chegou a cogitar a possibilidade de lançar a ex-secretária de Educação Inês de Paula a prefeita, mas sua candidatura é considerada fraca. A questão então é quem apoiar. Um dos encontros foi com o deputado federal Fernando Giacobbo (PL), que recebeu forte apoio do atual prefeito Leonaldo Paranhos nas últimas eleições, o que pode sugerir o caminho a ser seguido.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2020 – HUOP/UNIOESTE. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material para endoscopia, esterilização e permeira de compressão descartável para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total estimado: R\$ 27.245,10. **Recebimento das propostas:** Das 9h do dia 11/09/20 até às 9h do dia 23/09/20. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 23/09/20, 9h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/huop, www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br em conformidade com o Dec. Est. n.º 2452, de 07/01/04. Cascavel, 08/09/2020.